

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA ATA DA 180º SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

Ao 05 dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, às 09h e 00min, na sala de Sessões do Conselho Superior da Defensoria Pública, situada na Av. Ulisses Guimarães, nº 3.386, Ed. Multi Cab Empresarial, Sussuarana, 4º andar, sala 402, nesta Capital, reuniu-se o Egrégio Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia, sob a presidência de Dr. Clériston Cavalcante de Macêdo, Defensor Público Geral, e demais presentes, Dr. Rafson Saraiva Ximenes, Conselheiro Subdefensor Público Geral, Dra. Maria Auxiliadora Santana B. Teixeira, Conselheira Corregedora Geral, Dra. Cynara Fernandes Rocha Gomes, Conselheira Titular, Dr. Marcelo dos Santos Rodrigues, Conselheiro Titular, Conselheira Titular, Dra. Rosane de Melo Assunção, Conselheira Titular. Presentes, ainda, Dra. Ariana de Sousa Silva Wanderley, Presidente da ADEP/BA. Ausentes, justificadamente, Dra. Deliene Martins de Carvalho, Daniel Nicory do Prado, Dra. Hélia Maria Amorim Santos Barbosa, e Dra. Vilma Maria dos Santos Reis, Ouvidora Geral da DPE/BA. Item 01 - Apresentação da proposta orçamentária 2017. O Presidente do CS consignou que passará a palavra a Diretora de Orçamento, Mônica Lujan. Aduziu que inicialmente a proposta orçamentária será apresentada pela Diretora de Orçamento e, em seguida, pela ordem, dará a palavra para os membros realizarem questionamentos. Esclareceu que o orçamento saiu de R\$ 170 milhões para R\$ 189 milhões, o que equivale a 11% de incremento, sendo que a inflação está em 6,9%. Salientou ainda que não seja o orçamento ideal, considerando o momento em que o Estado está passando, foi uma conquista difícil. Consignou que a Administração conseguiu uma redução de R\$ 60 mil no valor do aluguel do prédio da sede, valor que será utilizado em outras necessidades da Instituição. Consignou que no presente ano serão inauguradas novas sedes da Defensoria Pública em Valença, Vitória da Conquista, Serrinha, Simões Filho e Irecê. Aduziu que na proposta prevê a renovação da frota de veículos, uma vez que há automóveis com mais de 09 (nove) anos e apresentando problemas com alto custo na manutenção e combustível. Consignou que em setembro será apresentado o produto do planejamento estratégico, o qual prevê, entre outros, a construção das novas sedes da Defensoria. Salientou que em breve será lançado portal da defensoria pública, de modo a tornar mais eficiente a comunicação interna e externa. Salientou que no ano passado o orçamento da Defensoria Pública foi executado quase 98%, fato inédito na Instituição, inclusive, foi a melhor execução orçamentária dentre as Secretarias e Instituições de todo o Estado. Ato contínuo, após a apresentação da proposta orçamentária pela Diretoria Orçamentária, a Presidente da ADEP/BA, questionou se o valor apresentado acerca do subsídio dos Defensores Públicos contemplaria o subteto. Aduziu que um dos questionamentos da CCJ é ausência de previsão orçamentária para que a lei remuneratória tenha continuidade. Questionou se haveria uma predisposição da administração para, após a Instituição rodar a própria folha, no valor do orçamento ser contemplado o subteto e auxílio-moradia. O Presidente do CS consignou que a Defensoria Pública não recebia duodécimo e, a partir de agora, passará a receber. Esclareceu que a referida predisposição não possui impacto no orçamento. A Presidente da ADEP/BA consignou que houve uma diminuição na fonte 113, de R\$ 4.472.000,00 para R\$ 863.000,00, uma vez que precisam ser implementados alguns direitos dos Defensores Públicos, a exemplo do aumento da diária, auxílio-alimentação e moradia. A Diretora de Orçamento consignou que a

M/

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90



CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA ATA DA 180ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

alteração foi proposital. Salientou que a fonte 113 quando for utilizada ela não será considerada no momento do cálculo, portanto, foi alocado para a fonte 100 o máximo que pode. Apenas ocorreu a alteração a fonte. A Presidente da ADEP/BA sugeriu que o valor destinado para investimento fosse alocado ao custeio para fazer frente ao aumento da diária, auxílio-alimentação e auxílio-moradia. O Presidente do CS consignou que está previsto a atualização dos valores da diária e do auxílioalimentação. Salientou que em relação do auxílio-alimentação o valor será o mesmo do Ministério Público. Aduziu que em relação ao auxílio-moradia ainda não há previsão, sequer de Resolução, para inserir na proposta orçamentária. A Presidente da ADEP/BA consignou que é preciso um posicionamento frente as cobranças e execuções das anuidades da OAB. Sugeriu que, em caso da cobrança, as anuidades fossem pagas com o orçamento. O Presidente do CS consignou que essa situação com a OAB acontece no Brasil todo. Esclareceu que não há como constar previsão orçamentária de algo que ainda não ocorreu. Aduziu que na DPE/MT a Defensora Geral determinou o pagamento da anuidade com o orçamento e foi condenada pelo TCE a fazer a devolução. Consignou que é preciso existir uma lei que permita esse pagamento com recursos públicos. O Conselheiro Subdefensor Público Geral, Rafson Saraiva Ximenes, consignou que o assunto pode ser discutido, mas não iniciado na proposta orçamentária. O orçamento é enxuto e não há folga orçamentária para incluir um custo de algo que ainda não está concretizado. A Conselheira Cynara Fernandes Rocha Gomes consignou que entende a preocupação da Presidente da ADEP/BA, todavia, o que está em vigor é uma norma constitucional que estabelece que a capacidade postulatória do Defensor Público decorre de sua assunção no cargo. Aduziu que a Defensoria Pública não possui vínculo algum com a OAB. A Presidente da ADEP/BA questionou ao Presidente do CS qual seria o valor necessário a ser previsto na proposta orçamentária para que viabilizasse o subteto. O Presidente do CS consignou que seria R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões). Salientou que no momento não há condições de encaminhar projeto de lei, pois o Estado da Bahia está no limite prudencial. Aduziu que o primeiro passo é desvincular-se do Poder Executivo e isso será alcançado. A Presidente da ADEP/BA questionou a possibilidade de inclusão na proposta orçamentária valor referente ao auxílio-livro. O Presidente do CS consignou que não há amparo legal que preveja a denominação "auxílio-livro", todavia, há uma proposta no FAJDPE quanto a "aquisição de livro", a qual será analisada. Consignou que, apesar das dificuldades, trabalhará diariamente para alcançar as metas. A Conselheira Cynara Fernanda Rocha Gomes, consignou que as ponderações da Presidente da ADEP/BA devem ser levadas em consideração, todavia vota pela aprovação do orçamento apresentado. O Conselheiro Marcelo dos Santos Rodrigues consignou que compreende os anseios da ADEP/BA, os quais, também são os próprios anseios. Aduziu que diante das explicações técnicas, vota pela aprovação da proposta orçamentária. A Conselheira Maria Auxiliadora Santana B. Teixeira aduziu que não pode deixar de registrar a forma como a Diretora Mônica Lujan estruturou a proposta orçamentária. Consignou que a proposta apresentada foi bastante estruturada, estratégica e pedagógica e, considerando a situação econômica, a proposta orçamentária consta um aumento de 18 milhões e somente tem a parabenizar. Consignou que o modelo de proposta orçamentária deve ser replicado todos os anos.



CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA ATA DA 180ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

O Conselheiro Subdefensor Público Geral, Rafson Saraiva Ximenes, consignou que a apresentação foi bastante detalhada e parabeniza o trabalho dos servidores da Diretoria Orçamentária, pois, são muito cobrados a todo o tempo. Salientou que o orçamento não é construído na presente sessão. Consignou que espera que a classe também se mobilize para construir o orçamento, por exemplo, por meio das conferências do orçamento participativo e o planejamento estratégico, pois são ferramentas de construção do valor da proposta. Seria interessante a mobilização para os colegas acompanharem a gravidade das questões relacionadas à Defensoria. Consignou que, diante o momento de crise, ressalta a conquista do incremento no orçamento e vota por sua aprovação. A Conselheira Rosane de Melo Assunção consignou que as necessidades são muito grandes, todavia ficou feliz e surpresa com o incremento de R\$ 18 milhões na presente proposta. Aduziu que em razão dos fundamentos esposadas pela Diretoria de Orçamento, parabeniza toda a equipe e vota pela aprovação do orçamento. A Presidente da ADEP/BA esclareceu que a em relação as conferências do orçamento participativo a ADEP/BA não recebeu a programação dos eventos no interior, e não sabia os dias, locais e horários. Apenas tomou conhecimento 02 (dois) dias antes por meio do site institucional, inviabilizando até o encaminhamento de algum membro da ADEP para a participação. Aduziu que para a conferência em Salvador recebeu o convite e a ADEP/BA esteve presente. O Presidente do CS consignou que a ADEP não é a Presidente da associação. Aduziu que no interior haviam membros da associação, os quais não se fizeram presentes nas cidades do interior onde houveram atividades acerca do orçamento participativo. O Conselheiro Subdefensor Público Geral, Rafson Saraiva Ximenes, consignou que quando mencionou uma maior mobilização dos colegas não fez referência sequer à ADEP/BA, mas, sim, aos Defensores como um todo, pois não são crianças e não precisam ser tutelados. Da mesma forma que souberam da sessão do Conselho que está tratando sobre a proposta de orçamento, também poderiam saber das conferências do orçamento participativo. Salientou que a presença dos Defensores Públicos que atuam em Salvador e que não compõem a Administração, na conferência, foi menor do que a presença nesta sessão do Conselho. O Presidente do CS consignou que foi por conta das conferências públicas que foram encaminhadas as demandas da sociedade civil ao Governador do Estado. Aduziu que encaminhou uma proposta de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões). Talvez por isso houve um incremento além da inflação. Consignou que parabeniza todos os colegas presentes que vieram participar e questionar. Aduziu que em outra gestão, foi encaminhado ao CS apenas uma tabela de Excel. Salientou que a presente proposta orçamentária, detalhada, é obrigação do gestor. Consignou que agradece a todos os envolvidos, a Gilda Gordilho, a Mônica Lujan, Rosa, Raulino, Francisco, Aline, Ana, e a todos colegas e Subcoordenadores que entenderam a urgência e se dedicaram em prol do orçamento. Deliberação: Aprovado, à unanimidade, a proposta orçamentária apresentada. Nada mais havendo, o Presidente do CSDPE encerrou a presente sessão e agradeceu a presença de todos. E eu, Disay (5-1) Diogo de Castro Costa, Secretário Executivo do CSDPE, lavrei a presente ata, que depois de lida e achada

Mr.

3



CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA ATA DA 180º SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Clériston Cavalcante de Macêdo
Defensor Público Geral
Presidente do Conselho Superior

Rafson Saraiva Ximenes
Conselheiro Subdefensor Público Geral

Maria Auxilladora Santana B. Teixeira Conselheira Corregedora Geral

Cynara Fernandes Rocha Gomes
Conselheira Titular

Ariana de Sousa Silva Wanderley
Presidente da ADEP/BA

Marcelo des Santos Redigiones
Marcelo dos Santos Rodrigues
Conselheiro Titular

Rosane de Melo Assunção Conselheira Titular